

Governo deve US\$ 40 bilhões

**Conta bilionária
a pagar começa a
preocupar o governo
e os políticos**

NELSON TORREÃO e
LUCIANO SUASSUNA

BRASÍLIA — Um rombo de pelo menos US\$ 40 bilhões é o tamanho da conta que envolve governo e setor privado numa teia de inadimplências formada por estatais, bancos, usineiros e empreiteiros, entre outros. A existência desse rombo começa a ser levada em consideração por economistas de dentro e de fora do governo como um fator de desequilíbrio e fonte de pressão inflacionária.

“Se fosse uma empresa privada, o Estado brasileiro já teria pedido falência”, diz o economista Edmar Bacha (PUC-RJ), que acrescenta ao rombo das contas do governo federal e das estatais o déficit dos Estados e municípios e da Previdência Social. Para Bacha, o desequilíbrio é patrimonial e não se resume ao fluxo de caixa mensal.

O secretário-executivo do Ministério da Economia, João Maia, começa a chamar atenção para a existência desses passivos a descoberto na economia brasileira. Durante a negociação para a aprovação do Plano Collor 2 pelo Congresso, há

dez dias, Maia revelou sua preocupação com o tamanho do rombo. “O que eu quis mostrar aos deputados é que o caminho do céu é muito esburacado, mas o caminho para o inferno está pavimentado”, disse Maia ao Estado.

O maior problema na contabilidade do governo refere-se a US\$ 20 bilhões que deveriam estar no Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o mecanismo criado para cobrir contratos do sistema financeiro de habitação. “Quer dizer que o dinheiro sumiu?”, quis saber um deputado. “É”, respondeu Maia. Na verdade, nos últimos anos as prestações da casa própria foram corrigidas abaixo do índice de inflação — e, com elas, a parcela destinada ao FCVS.

Segundo informações da Secretaria de Política Econômica, encarregada do acompanhamento técnico do FCVS, os pagamentos do fundo serão retomados este mês. Há uma disponibilidade de Cr\$ 6 bilhões (US\$ 24 milhões), para um saldo global de Cr\$ 200 bilhões (cerca de US\$ 800 milhões). O problema é que, pelas contas do governo, esse saldo será suficiente para cobrir o passivo dos agentes financeiros do SFH (as cadernetas de poupança) no máximo até 1995. A partir daí, a conta será apresentada ao Tesouro.

Ou seja, a conta de US\$ 20 bilhões fica para o próximo governo.

O governo pretendia taxar com a alíquota de 35% do Imposto de Renda a quitação dos saldos devedores do SFH com recursos do FCVS. Perdeu no Congresso.

O segundo maior problema é o calote generalizado entre estatais e entre estatais e empresas privadas. Segundo João Maia, a primeira conta está em torno de US\$ 15 bilhões. As principais devedoras são as empresas do setor elétrico. A dívida acumulada apenas entre dezembro de 1990 e fevereiro de 1991, só com Itaipu, é de US\$ 416,8 milhões. A principal devedora é a Cesp (US\$ 228,2 milhões).

Existem ainda outros pontos de estrangulamento, como a dívida do governo com empreiteiros, fornecedores, montadores e consultores das empresas estatais. Essa dívida está sendo negociada e os números globais são mantidos em sigilo. Os empreiteiros levaram ao governo uma conta ao redor de US\$ 1 bilhão, que surpreendeu pelo baixo valor. Pelo menos uma fonte da área econômica já havia admitido uma cifra de US\$ 5 bilhões.

Seja qual for o tamanho da conta, o governo não se dispõe a pagar tudo de uma vez.